

---

# A LIVRARIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DO PORTO (1765)\*

CRISTINA MAIA

LIVROA, João Luís – *Oratório do Porto*.  
Moderniza Contemporânea – 2.ª edição.  
Nova de Lisboa, L. N. 1. C. 2011, p. 25.  
Cf. por COSTA, Joaquim – *Arquitetura do Oratório do Porto*.  
Pórtico, 1933, p. 26.  
COUTINHO, António – *A Livraria da Congregação do Oratório do Porto*.  
na Universidade de Coimbra, 2008-2009, p. 51.

---

\* Conferência proferida na B.P.M.P., a 12 de Novembro de 1997, integrada nas Comemorações do V Centenário dos Primeiros Livros Impressos no Porto.

## I – INTRODUÇÃO

Aquando da comemoração do V centenário dos primeiros livros impressos no Porto, apraz-me dissertar sobre uma livraria da nossa cidade, cronologicamente situada no século XVIII (1765) – a Livraria da Congregação do Oratório do Porto. Esta livraria teve um papel de relevo na nossa cidade, não só pelo volume de obras que continha e sua variedade temática, mas também pela sua actualização científica e ideológica na época, com obras e autores tão controversos como a *Enciclopédia*.

Assim, através desta livraria chegámos a conclusões sobre o que de mais tinha eco em Portugal, vindo do estrangeiro, através da análise do seu conteúdo.

O século XVIII tem sido um campo privilegiado para o estudo do livro e da leitura, dada a vasta documentação que este século proporciona, sobretudo estudos de catálogos de livrarias. É o grande campo da história da leitura em Portugal.<sup>1</sup>

“As grandes silenciosas”, como lhes chamou Henry Martin,<sup>2</sup> as livrarias são cada vez mais objecto de investigação histórica, que nos podem levar ao conhecimento do ambiente cultural dum determinado período.

António Oliveira escreve, em 1966, o seguinte: “(...) destacam-se, pelo seu relevante valor, os inventários das livrarias particulares. Através deles é possível, entre outros tópicos, tentar o discernimento de estruturas culturais, indagar a presumível inquietação espiritual do possuidor da biblioteca ou conhecer o que em determinado momento e assunto era possível ensinar ou saber”.<sup>3</sup>

Estudar uma livraria é estudar o livro, por isso, segundo Enrique Llamas Martínez “La historia de una biblioteca es también la historia del libro”.<sup>4</sup>

1 LISBOA, João Luís – *Ciência e Política: Ler nos finais do Antigo Regime*, col. Cultura Moderna e Contemporânea - 7, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, I. N. I. C., 1991, p. 32.

2 Cit. por COSTA, Joaquim – *Acção Social das Bibliotecas*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1933, p. 25.

3 OLIVEIRA, António – *A livraria de um teólogo no século XVI*, in “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, XXVII, 1966, p. 5.

4 LLAMAS MARTÍNEZ, Enrique – *El Archibo y la Biblioteca de la Unibersidad Pontificia de Salamanca*, Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, Publicaciones Unibersidad Pontificia de Salamanca, 1990, p. 15.

Para fazer história do livro podemos seguir várias linhas de pesquisa, segundo Roger Chartier: desde a história económica do volume e itinerários comerciais da produção impressa; geografia das oficinas tipográficas; história social do grupo profissional dos produtores e vendedores do livro; história do trabalho tipográfico com um carácter mais técnico; e ainda sociologia retrospectiva da leitura, em que, por exemplo, o estudo das livrarias privadas permite medir o perfil cultural e ideológico do possuidor da livraria.<sup>5</sup> E é dentro deste último aspecto que se situa o objectivo último deste trabalho: estudar a dimensão cultural e até pedagógica da Congregação do Oratório do Porto no século XVIII, através dos volumes da sua livraria.

No entanto, antes de mais, vamos dar uma perspectiva geral sobre o livro e a leitura em Portugal no século XVIII.

## II – O LIVRO E A LEITURA NO SÉCULO XVIII

### 1. Para a História do Livro em Portugal

#### 1.1. O Livro

Começamos por pôr a questão: o que é um livro? Logo diremos que este é quase indefinível, pois é muito difícil dar uma definição completa e permanente. Ele é o produto de certas técnicas, intenções e susceptível de certas utilizações conforme a época histórica em que foi produzido.

O livro sofreu mutações que se adaptam às necessidades do tempo e às sociedades onde ele se difunde.

Desde o século XIV que uma nova sociedade exige a acessibilidade do livro – burgueses e nobres, mercadores e magistrados – e, assim, nasce a grande mudança no livro com a imprensa e a utilização do papel. O livro adquire aqui a sua grande dimensão pela sua multiplicação e difusão.

#### 1.2. A Imprensa em Portugal

As primeiras manifestações da actividade impressória em Portugal, remontam ao período da expansão ultramarina, a uma época de transição entre a Idade Média declinante e o nascimento das ideias renascentistas.

5 CHARTIER, Roger – *Livre*, in "Nouvelle Histoire", Paris, Les Encyclopedies du Savoir Moderne, CEPL, 1978, pp. 313-315.

As primeiras notícias atribuem à cidade de Leiria o pioneirismo na arte da impressão, pelos anos de 1480 ou 1481. Por volta de 1487, inicia-se, em Faro, o ciclo das impressões feitas por hebreus, quase exclusivas a obras hebraicas de interesse para a comunidade, o qual termina com a expulsão destes, em 1496.

Chaves tem uma posição relevante na história dos primórdios da imprensa em Portugal, dado que esta cidade foi pioneira na publicação dos dois primeiros livros em português: *o Sacramental* em 1488 e o *Tratado de Confissom* em 1489.

O primeiro impressor português conhecido é Rodrigo Álvares, que surge no Porto em 1497. No entanto, este facto não significa que antes deste impressor não tivesse havido outros artífices nacionais a colaborar com mestres estrangeiros nas primeiras edições de livros impressos, ou até de forma independente, como é o caso da edição do *incunábulo* de Chaves, em que se desconhece o seu impressor.<sup>6</sup>

#### 1.3. A Imprensa Portuense no século XVIII

A profissão de livreiro tinha algum relevo no Porto, pois esta estava incluída nos ofícios mecânicos, representados na Casa dos Vinte e Quatro e agrupados sob a bandeira de S. Miguel, participando na procissão do Corpus Christi, ao lado dos restantes ofícios. Apesar de não existir no Porto uma Rua dos Livreiros no século XVIII, as suas lojas situavam-se dentro de uma mesma área, que era a rua dos Mercadores, a rua das Flores e o Largo de S. Domingos.<sup>7</sup>

Remonta aos finais do século XV, a edição do primeiro livro impresso no Porto: *Constituições que fez ho Senhor Dom Diogo de Souza bpo do Porto...* Para os séculos XVI e XVII há notícias de 7 e 29 obras, respectivamente.<sup>8</sup>

Entre os séculos XVI e XVII, os livreiros trabalhavam no Porto apenas acidentalmente, o mesmo já não acontecendo no século XVIII, pois há notícias de 90 livreiros para este período no Porto: 16 eram impressores, 10 tinham oficina de encadernação e 38 eram ligados ao comércio livreiro.<sup>9</sup>

6 ANSELMO, Artur – *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981, p. 209.

7 MEIRELES, Maria Adelaide – *A Actividade livreira no Porto no século XVIII (contribuição para o seu estudo)*, in "Revista de História", vol. 4, Centro de História da Universidade do Porto, 1981, p. 8.

8 RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) – *História do Porto*, Porto Editora, 1994, p. 367.

9 Idem, *ob. cit.*, p. 11.

O Porto tentou acompanhar o movimento das Luzes, segundo Maria Adelaide Meireles, embora com uma relativa discrepância com o que se passava em Lisboa e Coimbra. Para este facto, também contribuiu o desenvolvimento económico dos mercadores locais e estrangeiros, sobretudo ingleses, na cidade do Porto.<sup>10</sup>

O desenvolvimento do meio cultural portuense com a fundação da Arcádia Portuense, da Academia Prototypa Lusitanica Portuense, em 1746 e, depois, da Academia Médico Portopolitana; a criação da Aula Náutica e da Aula Pública de Debucho e Desenho; o ensino de línguas estrangeiras, como a francesa, inglesa e italiana; as representações teatrais e de ópera, os periódicos *Gazeta Literária* (1761-1762), *Zodiaco Lusitano* e a *Bibliotheca das Sciencias e Artes* (1793) e ainda a Câmara e várias ordens religiosas e ordens terceiras, contribuíram para o desenvolvimento da actividade impressória no Porto, durante o século XVIII, quer na subida da produção de livros, quer no aumento das oficinas de impressão e postos de venda.<sup>11</sup> No entanto, o Porto nunca alcançou, neste período, o mesmo volume de produção tipográfica que Lisboa ou Coimbra. Segundo Maria Adelaide Meireles, esse facto deve-se à inexistência de uma importante academia literária ou de uma Universidade no Porto.<sup>12</sup> Contudo, nas vésperas da Revolução Francesa era possível comprar no Porto autores polémicos e até mesmo proibidos pela Real Mesa Censória como Newton, Bacon, Molière, Milton, Bossuet, Condillac, Rousseau; e 7% dos assinantes do *Jornal Enciclopédico* viviam no Porto.<sup>13</sup>

A Congregação do Oratório também se insere neste conjunto de actividade impressória, pois possui uma oficina tipográfica entre 1732-1740, ainda que por um curto período.

#### 1.4. – Terminologias: livreiro, impressor/editor

Durante o Antigo Regime, acontecia muitas vezes, a mesma pessoa acumular três profissões na área da produção livreira.

A loja do mercador de livros e a oficina de impressão passaram a andar juntas, nascendo assim o *livreiro-impressor*, na nomenclatura antiga, ou *livreiro-editor*, na nomenclatura actual. Isto

10 Idem, *ob. cit.*, p. 14.

11 Idem, *ob. cit.*, pp. 14-20.

12 Idem, *ob. cit.*, p. 19.

13 RAMOS, Luís A. de Oliveira – *ob. cit.*, p. 368.

acontecia, principalmente, em empresas em que o volume de negócios era reduzido e tentavam diversificar a gama de produtos, com a venda de mapas geográficos, estampas, relojoaria, telas e chitas, etc. Só, mais tarde, viria a especialização.<sup>14</sup>

A figura do editor existiu junto dos *livreiros/impressores* que tinham fraca capacidade financeira, tornando-se intermediários obrigatórios.<sup>15</sup>

Porém, segundo João Luís Lisboa, o processo de produção livreira foi-se especializando para finais do século XVIII, ultrapassando as barreiras corporativas e começando a distinguir-se editores, tipógrafos, encadernadores e livreiros.<sup>16</sup>

#### 2. A leitura no século XVIII: várias “leituras” da leitura

Também devemos lançar um breve olhar sobre a forma e interpretação da leitura que varia conforme o seu tempo, contexto histórico e os leitores. Vamos aludir a uma sociologia histórica das práticas de leitura.

Podemos dividir a sociedade do Antigo Regime em camadas muito desiguais quanto à leitura: os que lêem latim, os que lêem correntemente em vulgar e outra grande parte para quem a transmissão do saber faz-se por “ver-fazer ou ouvir-dizer”. Pouco a pouco, o latim perde privilégios e a alfabetização reforça-se.

A grande revolução desta época é a “privatização da prática da leitura”, ou seja, o ler em silêncio, a leitura na intimidade subtraída à comunidade. Assim, a livraria particular passa a ser um local de retiro, estudo e de reflexão solitária e não apenas um local de ostentação social.<sup>17</sup>

Contudo, esta revolução nos hábitos de leitura, não fazem desaparecer práticas como ler em voz alta no seio familiar (facto que dá coerência a outro privado – o da intimidade familiar), ou o ler em voz alta para si, ler por trabalho, ou por lazer, ou ainda ler em conjunto. Quanto a este último aspecto, verifica-se que a leitura está presente

14 CAEIRO, Francisco da Gama – *Livros e Livreiros Franceses em Lisboa nos fins de Setecentos e no primeiro quartel do século XIX*, “Sep. Dos Anais”, II série, vol. 26, tomo II, Lisboa, 1980, p. 313.

15 ANSELMO, Artur – *Livro*, in “Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado”, vol. III, Lisboa/São Paulo, pp. 1183-1184.

16 LISBOA, João Luís – *ob. cit.*, p. 41.

17 CHARTIER, Roger – *As práticas da escrita*, in “História da Vida Privada” (dir. de Philippe Ariès e Georges Duby), vol. 3, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, pp.126; 136; 139.

no centro da vida dos “grupos de convívio”, entre amigos e é um laço de fundamentação das sociabilidades. Assim, a leitura está nos diferentes registos de privatização.<sup>18</sup>

Outra modificação nas práticas da leitura no século XVIII é a laicização e feminização da leitura, anteriormente apenas ligada à intimidade religiosa e masculina.<sup>19</sup>

Relativamente às práticas de escrita e leitura dos portugueses, ainda pouco sabemos para a época moderna. No entanto, chegaram-se já a algumas conclusões em vários estudos: existia um verdadeiro apreço social pela alfabetização e, por isso, ler e escrever é condição essencial para exercer certas funções. Este facto tem a ver com a “valia social da alfabetização”.<sup>20</sup>

### III – A CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DO PORTO E A SUA ÉPOCA

A Congregação do Oratório em Portugal foi fundada em 16 de Julho de 1668, em Lisboa, sob a orientação do P.<sup>e</sup> Bartolomeu de Quental.

A partir de 1673, a Congregação expande-se para outras zonas do país, começando por fundar a sua segunda casa em Freixo de Espada-à-Cinta, em 1680, a Casa do Porto, em 1688, a Casa de Viseu, em 1689, a Casa de Braga e em 1698 em Estremoz.

Embora esta Congregação não tenha nascido com um pêndulo essencialmente pedagógico, os seus horizontes foram-se alargando ao ensino, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII. Estes homens procuravam cumprir, em primeiro lugar, os seus deveres pastorais e, seguidamente, a formação humana e científica. Sublinhamos a mentalidade dos Filipinos aberta às novas correntes europeias.

Os Oratorianos apoiavam o seu ensino na posse de vastas livrarias.

Para as Casas do norte do país, são apenas conhecidos os catálogos das livrarias das Congregações de Braga e do Porto.

18 Idem, *ob. cit.*, p. 151.

19 Idem, *ob. cit.*, p. 147.

20 SILVA, Francisco Ribeiro da – *História da Alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados*, in “Revista de História da Educação em Espanha e Portugal - Investigação e Actividades”, p. 105 cita HESPAÑA, António Manuel – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político em Portugal - século XVII*, Lisboa, 1987.

Os Nérís são apontados com frequência como empenhados em modernizar o país, quer espiritualmente, quer culturalmente. Eram um conjunto de homens progressistas no domínio científico e pedagógico.

#### 1. A Casa do Porto e o Porto Setecentista

A Casa do Porto foi fundada pelos P.e Manuel Rodrigues Leitão e João Lobo, tendo sido preparada pelo P.e Baltasar Guedes, fundador do Colégio dos Meninos Orfãos do Porto.

O Oratório do Porto dedicou-se intensamente ao ensino. Em 1682, pediu à Casa de Lisboa um mestre para os seus cursos, mas acabou por ser um Carmelita o primeiro professor do Oratório do Porto – Fr. Luís Caldeira.

Os alunos externos que frequentavam as aulas de Filosofia, atingiram o número entre 150 e 250.<sup>21</sup> A Casa do Porto abrigava, em média, entre 45 e 50 pessoas.<sup>22</sup>

Em 1696, a Congregação do Porto inicia o magistério, havendo um intenso ritmo de cursos de Filosofia e de Teologia e, mais tarde, teve mesmo de haver simultaneidade destes cursos dada a afluência.<sup>23</sup>

Em meados do século XVIII, as instalações dos Oratorianos eram consideradas as melhores de entre todas as famílias religiosas portuenses.<sup>24</sup>

“Porto, cidade de mercadores”, em que o rio e o mar moldaram o homem do Porto, não apenas nas suas actividades económicas, mas também com a sua ligação permanente ao exterior, o que é essencial para uma correcta explicação do Porto e dos Filipinos portuenses, pela sua constante actualização ideológica.<sup>25</sup>

Nas palavras do Professor Dr. Francisco Ribeiro da Silva, “o Porto é uma cidade onde as torres das igrejas marcam presença e conferem carácter ao panorama paisagístico”. No entanto, as igrejas monasteriais, conventuais ou de ordens terceiras são mais numerosas

21 ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Barcelos, Liv. Civilização, 1968, p.194.

22 Idem, *ob. cit.*, p. 155.

23 SANTOS, Eugénio dos – *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Textos de História - 4, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 294.

24 RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) – *ob. cit.*, p. 312.

25 Idem, *ob. cit.*, pp. 274-275.

do que as paroquiais, apesar das oposições que se manifestavam aquando do pedido de alguma Ordem ou Instituto para estabelecer-se na cidade.<sup>26</sup>

O clero ocupava no Porto uma posição de relevo na cidade, quer pelo seu prestígio institucional e riquezas, quer pelo número de elementos e capacidade de intervenção junto dos crentes. Algumas ordens e institutos religiosos dedicavam-se ao ensino da gramática e do latim, oferecendo o ensino inicial. Uma destas Casas foi a do Oratório do Porto. Este facto certamente contribuiu para aferirmos níveis de alfabetização razoáveis no Porto, já em meados do século XVII: os oficiais da Câmara sabem assinar a 100%; os funcionários municipais quase a 100% e as elites económicas e sociais do Terceiro Estado têm índices de alfabetização bastante razoáveis.<sup>27</sup>

#### IV – A LIVRARIA DESTA CONGREGAÇÃO

##### 1. A Fonte

O universo da nossa pesquisa está contido na fonte manuscrita do catálogo da livreria dos Oratorianos do Porto. O catálogo foi elaborado pelo P.e Emmanuele Betencourt, bibliotecário da Congregação, no ano de 1765.

Este inventário encontra-se actualmente na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Esta fonte é constituída por um frontispício que lhe serve de capa, onde indica o seu título, autor e ano, seguindo-se um breve prólogo, redigido em latim e que não oferece qualquer explicação sobre a forma de organização deste inventário.

Logo após o prólogo, começa a ser redigido o catálogo da livreria, organizado por ordem alfabética, quer tendo por palavra de entrada o autor, quer o título, embora o mais frequente seja a entrada por autor, não havendo regra fixa para entrada pelo apelido do autor ou pelo seu nome próprio.

As regras de catalogação desta livreria são ainda muito imperfeitas e sem a adopção de normas regedoras para a elaboração de todo o catálogo. Este facto está de acordo com o período a que nos reportamos neste estudo, já que ainda não havia uma uniformização de métodos de catalogação.

26 Idem, *ob. cit.*, p. 307.

27 Idem, *ob. cit.*, p. 361.

Efectivamente, segundo António Cruz na primeira metade do século XVIII, o mais importante é ainda o bem guardar e conservar as livrerias e não tanto metodizar a catalogação dos livros.<sup>28</sup>

Apesar de tudo, o século XVIII adquiriu, uma preocupação de preparar o catálogo dos volumes que havia nas livrerias, dada a crescente aquisição de obras impressas que se impôs com a reforma e actualização dos estudos dos conventos e mosteiros. Assim, não bastava a simples sistematização da colocação dos volumes nas estantes, porque não era suficiente para facilitar a sua procura.<sup>29</sup>

O catálogo em estudo não tem elementos como edição, local de impressão, tradutores, ano de publicação. Os dados que este nos fornece são os seguintes: autor, título da obra, número de tomos, formato da obra, cota e muito raramente apresenta a indicação de livro traduzido. Há ainda a indicação de um elemento em forma de apontamento em algumas obras – *livro proibido*. O acrescentar deste elemento denota uma preocupação de censura literária, embora sem ser de grande monta, visto que este elemento surge numa percentagem muito diminuta em todo o catálogo.

##### 2. Metodologia

Em primeiro lugar começamos pela classificação temática dos livros. E logo pusemos a questão como fazê-lo? Dada a impossibilidade de consultarmos livro a livro da livreria, decidimos aproveitar o título de cada livro para os classificar tematicamente, não obstante sabermos que se trata de um critério subjectivo.

As grandes divisões temáticas são as seguintes: Teologia, Livros de Piedade e Vidas de Santos, Bíblia e comentários à Bíblia, Sermonária, Jurisprudência, Belas Letras, História/Geografia, Filosofia, Ciências, obras didácticas, obras “várias”, obras desconhecidas ou duvidosas.

##### 3. A organização da Livreria

O estudo da variável colocação dos livros permitiu-nos chegar a conclusões interessantes quanto à arrumação da livreria.

Provavelmente, os livros seriam arrumados em armários ou estantes, divididos em prateleiras: temos 23 armários ou estantes

28 CRUZ, António – *Bibliotecas e arquivos: três apontamentos*, Porto, Biblioteca Municipal do Porto, 1968, p. 9.

29 Idem, *ob. cit.*, p. 12.

classificados desde a letra A à Z, exceptuando as letras J, K, U, Y, W e com dois armários ou estantes cotados AA e outro BB. Todos os armários ou estantes tinham seis prateleiras, numeradas em letra romana, excepto os armários X e Z com cinco prateleiras, existindo, no entanto, uma prateleira XZ.VI. Ainda aparece uma referência de *Arm*, que significa Armário. Será mais um armário para além dos assinalados pelo alfabeto?

### 3.1. As regras de colocação dos livros

Os livros estavam colocados nas estantes segundo duas regras, pelo que pudemos apurar da análise cruzada entre colocação/temática/formato. Pensámos que os itens temática e formato, principalmente o primeiro, são os que regem a forma de colocar os livros.

O elemento número de tomos nada tinha a ver com a colocação dos livros, já que na maioria das estantes predominam as obras de um tomo e aparecendo de forma dispersa pelas várias estantes.

Assim, as estantes A até à E são dedicadas a obras literárias, históricas, didácticas, filosóficas e científicas.

Os armários F até ao T são, sobretudo, dedicados às obras de natureza religiosa, seja Teologia, Livros de Piedade e Vidas de Santos, Bíblias e comentários à Bíblia, Sermonária, embora em algumas delas possuam, também, obras de História, principalmente para a estante G.

A Jurisprudência, o tema de maior volume nesta livraria, ocupa, quase em exclusividade, 5 estantes.

Assim, temos 18 estantes para os temas religiosos e de Jurisprudência e 5 estantes com temas científicos, históricos, filosóficos, didácticos e vários. Ainda de referir a existência de 11 obras colocadas sob a designação de *Arm*, sendo principalmente Livros de Piedade, História ou Jurisprudência. Qual a razão desta denominação tão desigual das outras colocações e apenas para onze títulos? Será que constituem obras proibidas? Uma dessas obras estava assinalada no catálogo como proibida intitulada *Artes Jesuíticas*.

Laura Mesquita concluiu que para a livraria de Braga, a colocação *Arm*, significava que a obra estava no armário de cima, por ser um manuscrito, livro raro ou obra proibida.<sup>30</sup>

30 MESQUITA, Laura Maria Silveira – *Braga e a Cultura Portuguesa dos finais da época moderna: a Biblioteca dos Oratorianos*, vol. 1, Fac. de Letras, Universidade do Porto, 1993, (dissertação de Mestrado policopiado), p. 73.

Quanto aos formatos, estes são tidos em conta, apenas dentro de cada temática e, logo dentro de cada estante, ao ser distribuído por determinadas prateleiras dessa estante. Assim, as primeiras prateleiras da estante são guardadas para os formatos in 4º, in 8º e de forma mais esporádica o in 12º, in 16º, in 24º, in 48º; as últimas prateleiras, ou em alguns casos, a partir do meio da estante, estavam reservadas para os in-fólios.

Não podemos tirar mais do que estas conclusões, já que não possuímos nenhum documento que nos descreva o interior da livraria.

Ainda um outro aspecto: como encontrar as obras que estão colocadas nas estantes e referenciadas no catálogo como tal, já que a cota de cada uma dessas obras apenas refere a estante e prateleira? O critério era o conhecimento do nome do autor ou título da obra.

Havia a duplicidade de procura dos livros nas estantes, seja pelo nome do autor em português ou latim, nome próprio ou apelido, seja pelo título.

Conclui-se que esta livraria já segue os trâmites de organização temática, critério este bastante progressivo.

### 4. A dimensão da livraria

Acabámos de verificar a vastidão desta livraria com 2541 títulos, a qual alcança ainda outras dimensões quando desdobramos cada título nos seus vários tomos – 4190 tomos e, ainda assim, não temos qualquer dado quanto ao número de tomos para 175 obras. Mais uma vez estes dados confirmam que o espaço físico desta livraria era grande.

### 5. As Temáticas

O inventário apresenta a seguinte diversidade temática, por ordem decrescente: Jurisprudência civil e eclesiástica – 474 obras; Teologia – 413 obras; Livros de Piedade e Vidas de Santos – 378 obras; História/Geografia – 360 obras; obras várias – 179 obras; Ciências – 148; Bíblia e comentários à Bíblia – 134; Desconhecidas ou Duvidosas – 126 obras; Filosofia – 92 obras; obras literárias – 90 obras; obras didácticas – 80 obras; Sermonária – 67 obras.

Efectivamente, denota-se a grande importância do núcleo de obras de Jurisprudência civil e eclesiástica, facto que revela a boa informação dos Oratorianos quanto aos assuntos do Direito, quer sendo aquele que lhes interessava directamente do foro canónico,

quer mesmo do foro civil. Esta Casa tinha mesmo um serviço de “Casos” para ajudar a população portuense no foro jurídico.

A Teologia ocupa o segundo lugar na diversidade temática da livraria, representando 16,25 % do total de livros do núcleo. Este facto vai de encontro aquilo que seria de esperar: não nos podemos esquecer que estamos a analisar uma livraria de uma congregação religiosa e, assim, não espanta que o assunto teológico seja um dos preferenciais nas prateleiras da sua livraria.

Não podemos deixar de notar que as obras classificadas como Bíblias e comentários à Bíblia são em menor número do que as de natureza científica. Esta constatação numérica leva-nos a salientar uma vez mais a importância que os Oratorianos davam à sua actualidade científica, que não era em nada inferior à sua vocação primaz de natureza religiosa.

Quanto às obras de Sermonária é conveniente revelar o seu fraco número comparativamente às obras de Ciências, de História/Geografia, Filosofia, obras literárias e obras didácticas. Representam, sómente, 2,6 % do total da livraria.

Contudo, apesar de estarmos perante uma congregação religiosa e, por isso, não nos espantar a predominância das obras de natureza religiosa, tal facto é também confirmado para o quotidiano do século XVIII português. O estudo *O livro e a leitura em Portugal* de Fernando Guedes demonstra que 4 em cada 10 pessoas procurava livros de natureza religiosa; 3 em 10 preferiam as Ciências e o Direito; 1 em 10 os livros didácticos para aprendizagem de línguas estrangeiras; e 2 em 10 adquiriam literatura iluminista e clássica.<sup>31</sup>

O quarto núcleo de preferências deste inventário vai para as obras de História/Geografia. O número de obras de Geografia é menor do que as obras de História.

É de realçar o interesse dos Oratorianos pela História, seja História Eclesiástica, História de Portugal ou de outras nações e História da Arte.

A quantidade de obras “várias” é significativa nesta livraria – num total de 2541 títulos temos 177 obras “várias”. Este facto demonstra uma gama de interesses e conhecimentos muito diversificados que os Oratorianos procuravam adquirir e, até mesmo, transmitir através da sua pedagogia.

É impressionante o relevo das matérias da Medicina e Farmácia neste núcleo. Os Oratorianos perceberam que viviam numa época em que era indispensável estar actualizado, nomeadamente quanto à Medicina. Daí, terem adquirido para o seu núcleo literário publicações clínicas estrangeiras.

A obra *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts, et des Métiers* de Diderot e D’Alembert talvez seja das obras mais relevantes deste núcleo e que mostram bem o seu espírito renovador, dada a pluridisciplinariedade desta obra, sobretudo, a nível científico.

Verifica-se que esta livraria é cientificamente actualizada no seu tempo, procurando adquirir obras científicas que eram mesmo revolucionárias para a sua época como são o caso das de Newton e de Nollet, este último, já com ideias sobre a electricidade no século XVIII.

Estes factos revelam a ligação livreira entre Portugal e outros pontos da Europa, dado que a maioria dos títulos de obras científicas eram estrangeiras, fundamentalmente, francesas. Conclui-se daqui uma apetência e, senão mesmo, uma adesão às inovadoras ideias científicas da época, enquadradas no espírito revolucionário da época das Luzes.

Logo, algumas notas impõem-se sobre a consideração global dos títulos da livraria dos Oratorianos: as da modernidade e da actualização bibliográfica de uma congregação atenta às grandes questões ideológicas e culturais do momento.

## 6. Os Idiomas

O conjunto dos 2541 títulos tem a sua divisão, em termos linguísticos, em cinco classes diferentes que se apresentam de seguida, por ordem decrescente de importância: o latim, o português, o espanhol, o francês e, por último, o italiano.

A livraria dos Oratorianos do Porto está recheada de livros em latim e português, com predominância para o primeiro idioma e quando somados, totalizam cerca de 86,22% dos títulos do núcleo. Assim, estas duas línguas detêm a primazia e estão em concordância com as matérias a que se referem, pois o latim serve sobretudo a linguagem da Igreja, ou seja, sobre matérias de religião. Todavia, o latim atinge a sua preponderância nos livros de Jurisprudência civil e eclesiástica: num total de 474 obras, 400 são em latim.

31 GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Séculos XVIII-XIX*, Lisboa e S. Paulo, Editorial Verbo, 1987, p. 104.

Assim, o latim é utilizado, sobretudo, para a linguagem litúrgica e jurídica. A Religião e o Direito andaram intimamente ligados na nossa cultura de outrora. O latim ainda é a língua da erudição.

Mais de metade do total das obras está escrito em latim, o que representa 60,45% do total da livraria. Segue-se a língua materna com 25,77%.

No entanto, segundo Jean-François Gilmont, a época moderna coincidiu com um recurso às expressões nacionais, dada a influência da Reforma e da Imprensa, apesar da posição da Igreja católica com a continuidade da fidelidade ao uso do latim.<sup>32</sup>

No leque das línguas estrangeiras, o destaque vai para as obras em espanhol, francês e italiano: a primeira com 10,39%; o segundo idioma com 1,85% e a terceira língua com 1,34% do total do acervo.

A língua espanhola é a língua estrangeira mais representativa em todo o acervo, ligada aos seguintes temas: os Livros de Piedade e Vidas de Santos que em 378 obras, 83 são em espanhol; História/Geografia que em 360 livros, 59 são em espanhol; Teologia, em 413 títulos, 38 são em língua espanhola.

Quanto ao francês, este destaca-se nas obras científicas: num total de 148 títulos, 21 são em francês.

Finalmente, o italiano tem representatividades muito similares na Teologia e História/Geografia, seguindo-se os Livros de Piedade e Vidas de Santos. Nas restantes classificações temáticas, este idioma tem pouco significado.

## 7. Os Formatos

A livraria dos Oratorianos do Porto apresenta uma grande variedade de formatos: dez tipos de formatos, são as variações encontradas.

32 LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha – *O Livro e a Leitura no Porto na segunda metade do século XVIII*, col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão - 3, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994, p. 108.

## Quadro

### RELAÇÃO DOS FORMATOS PELO Nº DE TÍTULOS

FORMATO	Nº DE TÍTULOS
in-fólio	1082
in 4	790
in 8	376
in 12	116
in 16	60
in 18	1
in 24	31
in 28	2
in 48	3
sem indicação de formato	80
TOTAL	2541

Pela análise deste quadro, rapidamente tirámos algumas ilações sobre os formatos mais representativos deste acervo. O formato dominante desta livraria é o in-fólio.

Segundo Roger Chartier, podemos estabelecer uma hierarquia dos formatos, combinada com o género de texto, a época e o modo de leitura. Já no século XVIII, Lord Chesterfield é disso testemunha: “os grandes in-fólios são os homens de negócios com quem converso durante a manhã. Os in-quartos são as companhias mais diversificadas com quem reúno depois do almoço, e os meus serões, passo-os na cavaqueira amena e muitas vezes frívola dos pequenos in-octavos e in-duodecimos”.<sup>33</sup>

Quanto às temáticas e idiomas dominantes para cada tipo de formato presente neste acervo, as conclusões são as seguintes: o idioma dominante do formato in folio é o latim e o português, e quanto às temáticas que mais serve, também, são as de natureza religiosa, Direito civil e canónico; o formato in 4º é marcado por obras literárias, científicas, didácticas, filosóficas, de História e Livros de Piedade; os títulos de formato in 8º são empregues em obras didácticas, livros de História, Filosofia, Ciências; as obras de formato in 12º são, sobretudo, Livros de Piedade ou Vidas de Santos, Bíblia, obras literárias e obras

33 Cf. *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988, pp. 132-133.

várias e o latim é a língua mais presente neste formato, mas desta vez acompanhado de uma língua estrangeira – o francês; o formato in 16<sup>o</sup> é aplicado, sobretudo, a obras religiosas, principalmente, Livros de Piedade, mas também, obras literárias, didáticas e de História e são escritas, em primeiro lugar, em latim, segundo o português e, ainda, com um número razoável em espanhol; as obras em formato in 24<sup>o</sup> são, principalmente, obras várias, obras de Teologia e Livros de Piedade e, ainda, alguns títulos literários, sendo escritas em latim, português e espanhol, por esta ordem de importância; em formato in 48<sup>o</sup> existem três obras, escritas em latim e apenas com um tomo. É curiosa a existência de obras num formato tão pouco divulgado como este e, ainda, em outros formatos como in 28<sup>o</sup>, duas obras.

Assim, o pequeno formato detém 590 títulos, 23,2% do total da livraria, contra 1872 obras de grande formato, 73,7% do total desta livraria.

O pequeno formato, apesar de não ser ainda dominante nesta livraria, verifica-se que já tem uma presença relevante, facto que vai de encontro da opinião de Francisco da Gama Caeiro, que afirma que no final do século XVIII, há o domínio dos formatos menores.<sup>34</sup> O pequeno formato é mais barato,<sup>35</sup> para além de mais maneável e transportável. Todavia, verifica-se que neste acervo a prevalência, ainda está, no grande formato.

#### 8. A dimensão do livro proibido na livraria

A livraria do Oratório portuense possuía várias obras banidas pela Inquisição e, mais tarde, pela Real Mesa Censória.

A quantidade de livros anotados como proibidos não é extensa – apenas vinte e quatro obras.

Dada a exiguidade de livros anotados como proibidos nesta vasta livraria de 2541 títulos, convém formular algumas interrogações: será que todos os livros proibidos, que existem nesta livraria, estão anotados como tal? Caso contrário, que critérios terão sido seguidos para assinalar uns livros como proibidos e outros não? Ou pelo contrário, haveria livros mais ilícitos do que outros? Em primeiro lugar, avançamos estas interpelações, porque procuramos comparar a nossa lista de obras proibidas com outras listas de livrarias, como é o caso da livraria de Frei Francisco de São Luís (o Cardeal Saraiva), onde encontramos uma obra proibida nesse catálogo, também

existente no nosso inventário – (Abbé) Fleury – *Discursos sobre a História Eclesiástica*<sup>36</sup> –, mas porém não anotada como tal na nossa fonte.

Um outro exemplo é a existência de um autor proibido no Index de 1624, Keppler, também presente no inventário dos Oratorianos do Porto.<sup>37</sup> Estes factos vão ao encontro das hipóteses delineadas, sobre a maior existência de obras proibidas nesta livraria, para além das anotadas como tal.

Relembrar, ainda, que um dos subtemas que classificamos como obras “várias”, incluía algumas obras sobre magia e exorcismos, as quais eram, também, proibidas, pelo novo Index Expurgatório da Real Mesa Censória e outros Index anteriores a este.<sup>38</sup> As obras são as seguintes: Franc. Torre Blanca – *De Magia*; DelRio – *Disquisitiones Magicae*; Brognolo – *Exorcismos*; *Practica de Exorcismos*; Noydens – *Practica de Exorcistas*.

Assim, achámos conveniente delinear algumas hipóteses de existência de muitas outras obras proibidas nesta livraria, mas que não estão apontadas no catálogo como tal.

Enquanto que durante os séculos XVI e XVII, o Santo Ofício procurou, acima de tudo, o combate à heresia, com a luta anti-luterana e anti-erasmista,<sup>39</sup> o *Novo Regimento do Santo Ofício de 1774* e o seu *Novo Index Expurgatório*, que estrutura organicamente o novo tribunal, a Real Mesa Censória, preocupa-se, sobretudo, com as obras que atentavam contra o Direito de Soberania Temporal.<sup>40</sup>

A existência de obras proibidas na livraria do Oratório do Porto pode ser explicada pela autorização concedida a algumas comunidades de possuírem essas obras, sob condição de estarem encerradas em estantes.

Apesar das malhas da censura serem apertadas, isso não significa que a Ilustração fosse ignorada em Portugal.<sup>41</sup> O Index chegou a servir para alguns intelectuais fazerem encomendas, pois havia vários processos de fugir à censura e adquirir obras proibidas.

36 CARDOSO, António Manuel de Barros – *Ler na Livraria do Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1995, pp. 141-142.

37 SARAIVA, António José – *História da Cultura em Portugal*, vol. 3, Lisboa, 1962, p. 127.

38 MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional - Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no século XVIII*, Sep. do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra”, vol. XXVI, Coimbra, 1963, pp. 46; 49.

39 RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve história da censura literária em Portugal*, 1<sup>a</sup> ed., col. Biblioteca Breve, s. l., Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 35.

40 MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *ob. cit.*, p. 22.

41 Idem, *ob. cit.*, p. 71.

34 CAEIRO, Francisco da Gama – *ob. cit.*, p. 316.

35 LISBOA, João Luís – *ob. cit.*, p. 65.

Por exemplo, os livreiros remetiam as obras à amostra para casa dos interessados; contrabando através dos serviços de um marinheiro ou comprar obras estrangeiras aquando de uma viagem ao estrangeiro. Também podiam recorrer à livraria de algum militar estrangeiro residente no país; pedir a um diplomata para mandar vir os livros ou ceder algum que possuísse. Ainda podiam usar a tolerância de posse e leitura de obras proibidas a determinadas pessoas ou instituições, concedida pela Real Mesa Censória, para conseguirem livros proibidos, pedindo uma encomenda a quem tivesse essa licença. Depois da obra chegar, livreiro e comprador faziam um requerimento à Real Mesa Censória, a dar conta da chegada do pedido e da existência da permissão de leitura, pedindo autorização para o levantamento dos livros, a qual, normalmente, era concedida.<sup>42</sup>

Outra forma de contrabando de livros era através de títulos falsos, encadernações enganosas, indicações falsas de proveniência para desviar as buscas dos censores; inserir esses livros em outras obras ou remetê-las em folhas soltas e misturadas com o papel de embrulhar.<sup>43</sup>

Também fugia-se às malhas da censura com a publicação de obras proibidas com os mais diversos nomes de autores conhecidos ou desconhecidos, verdadeiros ou inventados, tais como Dumarsais, Bolingbroke, Hume, Tamponet, docteur de Sarbonne, abade Bigex, abade Bezin, etc.<sup>44</sup>

Conclui-se que a acção da Real Mesa Censória nem sempre foi eficaz e, assim, pouco a pouco, as novas ideias científicas, filosóficas e políticas rompiam em Portugal e satisfaziam os espíritos mais curiosos e interessados em novidades, levando a que a difusão das ideias iluministas se propagassem no nosso país.<sup>45</sup> O poder desta instituição travou, mas não anulou a propulsão cultural de Portugal.<sup>46</sup>

42 RAMOS, Luís A. de Oliveira – *Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII (casos portugueses)*, Sep. da "Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto", série de História, vol. 4, Porto, 1973, p. 7-8.

43 Idem, *ob. cit.*, p. 13.

44 FERRÃO, António – *A censura literária durante o governo Pombalino (subsídios para a História do pensamento em Portugal)*, Sep. do "Boletim da Segunda Classe", vol. XVII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 89.

45 GAMA, Ângela Maria do Monte Barcelos de – *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa nos fins de Setecentos e no primeiro quartel do século XVIII*, in "Arquivo da Bibliografia Portuguesa", Ano XIII, nº 49-52, Coimbra, Atlântida, 1968, pp.11-12.

46 DIAS, José Sebastião da Silva – *Avanço Cultural e Avanço Maçónico*, in "Revista da História das Ideias", vol. I, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 1977, p. 410.

## CONCLUSÃO

Agora que terminámos, convém exaltar o que de mais importante procurámos fundamentar.

Numa livraria particular duma congregação religiosa não estaríamos à espera de encontrar, porventura, obras tão diversificadas e de grande actualização ideológica e científica. A qualidade desta livraria não passa por temas exclusivamente ligados à Religião ou Jurisprudência (temas tradicionalmente ligados a instituições religiosas), mas também por obras marcantes do espírito cultural seiscentista e setecentista.

A livraria reflecte os interesses destes religiosos e está em consonância com as suas multifacetadas funções: acção pastoral, jurídica, pedagógica e ideológica. A Congregação do Oratório do Porto não se aliena da nova época ideológica Iluminista, apesar do controlo ideológico do Estado.

Em suma, esta livraria responde ao objectivo de conhecimento e sentimento religioso, pedagógico, auxílio quanto a casos de direito civil e canónico, um gosto especial pela História, sobretudo, nacional, mas não só. E mais modernamente, a sua alma inovadora e reformista, com uma atenção notável à Ciência, Filosofia, ligadas à nova ideologia europeia – o Iluminismo.

Cremos que a livraria destina-se aos Irmãos da Congregação, mas com vários horizontes: formação religiosa e espiritual; formação pedagógica, em primeiro lugar, dos seus irmãos e, depois, de alunos externos. Também uma espécie de local de consulta para os especialistas de Jurisprudência. E um novo alento para os espíritos mais abertos e interessados pelas novas ideias da sua época.

Pela valia global do conteúdo e horizonte numérico desta livraria, em que reúne dois milhares e meio de títulos, devemos deixar uma palavra de admiração a esta Congregação.

A livraria da Congregação do Oratório do Porto teve, antes de mais, uma função social, tal como outros núcleos literários, pois o saber contribui para a renovação e progresso da sociedade. Esta livraria concorreu para o progresso do saber de uma parte da população portuense pela valia e invulgariedade do seu conteúdo. A progressividade da Congregação espelha-se nos seus espólios literários, nomeadamente no Porto, fazendo antever uma nova época para Portugal.